

Derrubada do IOF seria derrota fiscal para governo

Especialistas avaliam ao Correio alternativas e impactos

Por Karoline Cavalcante

A possível revogação do aumento das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) pode representar não apenas uma derrota fiscal para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas também evidenciar uma crescente desarticulação dentro do Executivo Federal. Em entrevista ao Correio da Manhã, o cientista político André Rosa avaliou que a gestão tem sido marcada por um jogo de “empurra” dos problemas, onde a falta de responsabilidade coletiva sobre as decisões escancara a fragilidade da imagem do atual comando do Palácio do Planalto.

Na quinta-feira passada (29), os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), pressionaram a equipe econômica a apresentar uma alternativa às mudanças do IOF. Após uma reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, junto a líderes partidários, ficou acordado que o governo teria um prazo de dez dias para entregar o novo planejamento. Durante o encontro, foi destacado que há uma insatisfação generalizada entre os deputados em relação à medida, e que o clima na Casa Baixa favorece a derrubada do decreto.

Até o momento, ao menos 20 propostas de suspensão foram protocoladas no Congresso Nacional. Para Motta, aumentar tributos sempre que o gasto público cresce não funciona. “É essencial pensar no futuro com medidas definitivas.



Motta deu dez dias para governo encontrar alternativa ao IOF

vas. O brasileiro está cansado de aumento de impostos”, declarou.

Falta alinhamento

Embora a equipe econômica tenha afirmado que analisará de forma célere e cuidadosa as sugestões recebidas, já se prevê que eventuais modificações exigirão ajustes na execução orçamentária de 2025. O líder do PT na Câmara, deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), defendeu que a manutenção do aumento do IOF este ano é essencial para evitar um contingenciamento de R\$ 50 bilhões, o que afetaria serviços públicos e programas sociais nas áreas de saúde e educação. Para o cientista político André Rosa, no entanto, atribuir a culpa ao Legislativo não resolve o problema.

“Na verdade, trata-se de uma falta de articulação por parte do governo. O Congresso não é obrigado a aprovar tudo o que o Executivo propõe, e é

por isso que existe o equilíbrio entre os poderes. O que vemos aqui é mais uma manobra falha, do ponto de vista da articulação política do governo com o Congresso Nacional”, avaliou.

O anúncio da medida, feito em 22 de maio, já evidenciou uma clara falta de alinhamento dentro do governo. Isso porque, poucas horas depois, houve a revogação de uma parte do decreto, em resposta à forte reação negativa do mercado financeiro. Na data, o Palácio do Planalto precisou realizar uma reunião de emergência sem a participação presencial de Haddad, que viajou para São Paulo após o decreto público. O trecho retirado tratava da elevação da alíquota sobre transferências de investimentos de fundos nacionais para o exterior.

Aumento de impostos

Na avaliação do sócio-fundador da Andaluz Investimentos, o economista Augusto Mergulhão, o governo está

em um caminho arriscado ao buscar aumento de receita por meio de impostos, em vez de cortar gastos.

“Eu acho que há uma chance grande de derrubada do IOF pelo Congresso. Inclusive, é uma oportunidade para a oposição pressionar o governo a cortar na sua própria carne, que é onde deveria cortar. O governo não quer cortar gastos de forma alguma, só aumenta imposto. E mais impostos não vão trazer equilíbrio fiscal, até porque o brasileiro pode começar, inclusive, a buscar alternativas para não pagar esse imposto. E aí ocorre o efeito contrário: a queda de arrecadação”, explicou à reportagem.

Mergulhão também criticou a tentativa do governo de usar o IOF como uma ferramenta arrecadatória, quando sua função principal é regulatória. “Isso só pressiona mais a economia e aumenta a pressão sobre a política monetária do Banco Central”.

Desaprovação de Lula atinge percentual recorde de 53,7%

Por Karoline Cavalcante

Os índices de desaprovação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) alcançaram 53,7% na última sexta-feira (30), marcando um recorde na pesquisa divulgada pela AtlasIntel em parceria com a Bloomberg. Em comparação com o mês anterior, quando a taxa estava em 50,1%, houve uma alta de 3,6 pontos percentuais. A taxa de aprovação, por sua vez, permaneceu estável, caindo ligeiramente de 46,1% para 45,4%, enquanto apenas 0,7% dos entrevistados não souberam opinar.

A escalada da desaprovação de Lula começou em abril de 2024, quando o índice estava em 43,4%, e atingiu 53,6% em março deste ano. Embora tenha apresentado uma leve redução no mês de abril, os dados mais recentes indicam uma retomada do crescimento da desaprovação.

Além disso, a pesquisa revelou que 52,1% dos brasileiros avaliam o governo como ruim ou péssimo, um aumento de 4,4 pontos percentuais em relação aos 47,7% registrados em abril. Por outro lado, 41,9% classificam a gestão como ótima ou boa, apresentando um pequeno aumento em relação ao mês anterior (40,2%). Entre esses extremos, 6% dos entrevistados consideraram o governo como “regular”.

Em entrevista ao Correio



Lula já perde de adversários no segundo turno

da Manhã, o cientista político Isaac Jordão avaliou que a alta desaprovação é um sinal vermelho que demonstra grande resiliência dos números e que o governo “não está conseguindo reverter isso”.

Para ele, o impacto do escândalo das fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ainda é significativo. Um dos trechos da pesquisa revela que, entre os possíveis riscos e desafios para o Brasil nos próximos seis meses, 57% dos entrevistados acreditam que a revelação de grandes fraudes ou esquemas de corrupção seja altamente provável.

2026

Apesar de a pesquisa indicar que, no primeiro turno de uma eventual disputa pela reeleição o presidente venceria ou empataria tecnicamente com os candidatos testados, o cenário muda no segundo turno. Contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que obteve 46,7% no primeiro turno, o atual chefe do Executivo ficaria com 43,9%, configurando um empate dentro da margem de erro de um ponto percentual.

Contudo, o ex-presidente está inelegível até 2030 por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Nesse con-

texto, foram testados cenários com outros oponentes e Lula liderou com folga. No confronto contra o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), uma das principais apostas da direita, Lula recebeu 44,1% contra 33,1% do atual chefe do Executivo paulista. Já contra a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL), que obteve 33,5%, ele registrou 44,4%.

Em um eventual segundo turno, no entanto, o atual presidente perderia para todos os três. Michelle Bolsonaro apresentou o melhor desempenho, com 49,8% contra 45,3% do petista. Em seguida, Tarcísio obteve 48,9%, enquanto o chefe do Executivo alcançou 45,1%, e, por último, Bolsonaro obteve 47,5%, contra 45,5%.

Reeleição

Jordão avalia que, embora o cenário atual da eleição, caso fosse hoje, seja muito preocupante para o governo, a eleição só ocorrerá daqui a mais de um ano e, por isso, “ainda tem muita água para passar por debaixo dessa ponte”.

“Uma coisa que tenho falado reiteradamente é que, com a máquina nas mãos, Lula será competitivo. O governo está com a luz vermelha acesa e precisa se atentar a isso, mas não acredito que isso indique alguma possibilidade de alteração no quadro atual, que é o de Lula vir à reeleição”.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Diogo Zacarias/Ministério da Fazenda



Cansaço de Haddad preocupa Planalto

Governo insiste: sem IOF, contas não fecham

O governo aceita negociar mudanças no IOF para 2026, topa discutir reforma administrativa, avalia que é preciso mesmo mudar característica do funcionalismo público: mas deixa claro não ter alternativas para fechar as contas de 2025 sem o aumento em alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras.

Ministro da Fazenda, Fernando Haddad não se

cansou de repetir a mesma ladainha para os que estiveram com ele depois da reunião de quarta passada com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e Davi Alcolumbre (União-AP). A única outra saída seria cortar programas sociais, como Bolsa Família, Pé-de-Meia ou Minha Casa, Minha Vida — e isso, o presidente Lula (PT) não admite fazer.

Espeto de pau

O Planalto anda irritado com a pregação contra o aumento feita por Motta. Palacianos ressaltam que é fácil o Congresso falar em responsabilidade fiscal e, ao mesmo tempo, não admitir cortes em emendas parlamentares que chegam a R\$ 50 bilhões anuais.

Na lona

Outro motivo de preocupação no governo é o evidente cansaço de Haddad. O ministro não tem conseguido esconder a dificuldade de lidar com as críticas vindas até mesmo de dentro do Planalto. Para quem o conhece, está perto de um limite no aspecto emocional.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Lula e Alcolumbre: estratégia indica ter dado certo

O tempo passa — e a CPMI do INSS não voa

Não dá pra cravar 100% de certeza, mas a estratégia do governo de, com a parceria de Alcolumbre, retardar a instalação da CPMI do INSS parece ter dado certo.

Até pelo surgimento de outra fragilidade — o caso do IOF —, a oposição, nos últimos dias, diminuiu o coro pelo início da investigação.

Outro problema é a notícia de que pelo menos 20 parlamentares, quase todos do Centrão, estariam na mira das investigações em torno do roubo de aposentados.

Como a coluna ressaltou: seria impossível um escândalo durar tantos anos e ser mantido em diferentes governos sem uma tabelinha com políticos.

No telhado

Por falar nisso: periga subir no telhado a sessão do Congresso Nacional onde haveria a leitura do requerimento de instalação da CPMI. A data, próximo dia 17, uma terça-feira, é antevéspera do feriado de Corpus Christi e ocorrerá em meio às festas juninas no Nordeste.

Incentivos

Vale registrar: encarregado por Motta de relatar proposta de reforma administrativa que inclui ajuste fiscal, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) foi um dos 59 parlamentares que, em dezembro, votaram a favor de uma redução de incentivos fiscais: a proposta foi derrotada.

De mãe pra filho

Ao anunciar que seu filho de 17 anos será um dos seus herdeiros políticos, ainda deputada Carla Zambelli (PL-SP) renovou seus carinhos maternos. Em 2019, ela conseguiu que o garoto fosse autorizado a entrar pela janela no Colégio Militar de Brasília.

Sem concurso

Na época, ela alegou questões de segurança para solicitar — e obter — do Exército a vaga sem que o garoto precisasse ser aprovado no disputado concurso de acesso. Condenada a dez anos de prisão por invasão de sistemas da Justiça, Carla perderá seu mandato.